

Será que as Taxas de Juro das Instituições de Microfinanças, em Moçambique, são muito elevadas?

Nota preparada por

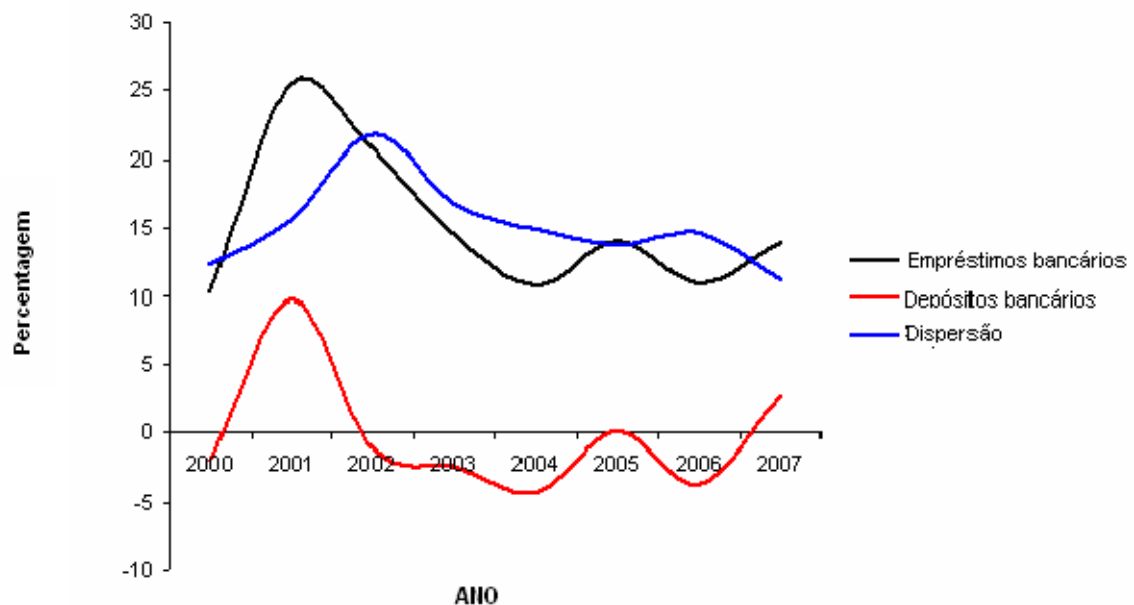
Sandra Bila e John Rand

Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP)

De acordo com as diferentes pesquisas de âmbito industrial (ICA, 2003, DNEAP, 2006, e Byiers et al., 2008), durante vários anos o acesso ao crédito tem sido o constrangimento principal para o desenvolvimento do sector privado em Moçambique. Uma das razões para esta descoberta, é que o sistema financeiro Moçambicano é caracterizado por uma série de falhas, para além de ser fraco e apertado. Além disso, poucos bancos comerciais dominam o sector financeiro, e os três maiores bancos comerciais representam cerca de 80 por cento do total dos activos bancários no país. A competição limitada resultou num sistema financeiro não-dinâmico com níveis baixos de intermediações financeiras e de elevadas margens de lucro (também ajudado pelas taxas excessivamente elevadas nos serviços de operação bancária).

A figura 1 documenta a grande dispersão da taxa de juro entre depósitos e empréstimos, que é até certo ponto dirigida pelas elevadas exigências de reserva pelo banco central. Embora a dispersão tenha sofrido um declínio desde 2002, após ter atingido um pico de quase 22 por cento, a mesma se manteve a um nível relativamente elevado de 11.1 por cento em 2007.

Figura 1: Taxas de Juros real de Empréstimos e Depósitos Bancários



Ainda que a dispersão elevada possa ser atribuída a outros factores ao invés da falta da competição, por exemplo elevado custo de operação, altos impostos financeiros e as taxas de inflação muito instáveis e altas, uma análise cuidadosa feita pela USAID (2007) conclui que as taxas de juro nos empréstimos em metical são mais elevadas do que o que os fundamentos económicos aparentam justificar.

Nos últimos anos, a taxa de juro nominal de empréstimo dos bancos comerciais têm estado entre 22 à 24 por cento por ano (taxa de juro real de 11 à 14 por cento). Entretanto, como se notou em Hassan (2007) estas taxas de juro não são necessariamente altas quando compradas a um ponto de referência, neste caso a taxa dos bilhetes de tesouro (imposto livre) (veja a tabela 1).

Tabela 1: Vista geral das taxas de juro

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1) FPC	23.0	35.0	26.5	18.5	13.5	13.8	17.5	15.5
2) Bilhetes de Tesouro (91 dias)	22.3	31.2	21.5	12.6	8.5	9.6	16.0	14.8
3) Permutas de Liquidez (1-7 dias)	21.1	27.7	18.6	11.5	6.4	na	16.1	14.5
4) Prime	19.6	25.3	29.8	23.3	20.6	19.2	20.3	18.9
Inflação	12.7	9.1	16.8	13.5	12.6	6.4	13.2	8.2

Nota: Taxas de juro nominal. 1) FPC: A taxa para operações do suporte da Liquidez. O FPC está indexado à taxa média de 91 dias dos bilhetes de Tesouro (BTs), mais 5 pontos percentuais. 2) Bilhetes de Tesouro: Os números para 2002 e 2004 calculados usando FPC. 3) Permutas de Liquidez: As instituições que operam neste segmento (bancos comerciais para a maioria das partes) estão livres de ajustar as taxas baseando-se na liquidez no mercado. 4) prime: Uma simples média aritmética das taxas aplicada por instituições de crédito.

Em 2006, o Banco de Moçambique começou a deixar que um processo de leilão determinasse a taxa dos bilhetes de tesouro e a deste então, a taxa nominal tem aumentado de 15 por cento -16 por cento por ano, enquanto que a taxa de juro real era mais elevado atingindo cerca de 6.6 por cento em 2007. A razão principal para esta tendência ascendente na taxa de juro dos bilhetes de tesouro é que os bancos comerciais são os únicos e principais participantes no mercado.

Para além dos principais bancos comerciais há diversas instituições de microfinanças (IMFs) que fornecem produtos financeiros de pequena escala a agregados familiares e às empresas privadas. Em 2005 existiam cerca de 45 instituições de microfinanças, um número que aumentou

para cerca de 75 em 2008¹. A tabela 2 mostra as características básicas das IMFs melhor estabelecidas em Moçambique, que são: Procrédito/Novo Banco, Socremo e Tchuma.

Tabela 2: Informação Básica de IMF

	Procrédito		Socremo		Tchuma	
	2003/04	2006/07	2003/04	2006/07	2003/04	2006/07
Início das operações	2002/03		1998/99		1998/99	
Número de Agências	6	12	5	8	3	6
Tamanho do Portfolio (milhão USD)	2.8	13.4	2.0	5.1	1.3	4.1
Número de empréstimos em mora em mora	8,178	26,738	5,931	2,042	6,154	493
Tamanho médio do empréstimo (USD)	347	859	331	400	217	497
Número de clientes de depósito	16,125	97,258	415	26,526	1,117	9,755
Portfolio em risco (%)	2.2	3.1	0.3	1.2	2.9	2.8

Nota: Os números de 2003/04 são de De Vletter (2006). Todos os restantes números foram colectados directamente das IMFs. A taxa de câmbio usada em 2006/07: 25MT = 1USD.

Todas as figuras acima reportadas são comparadas aos valores de 2003/04 relatados em De Vletter (2006). Todas as IMFs aumentaram significativamente as suas actividades. Em média as IMFs quase duplicaram o número de agências, quadruplicaram o seu portfolio e o número de empréstimos em mora e o tamanho médio do empréstimo aparenta ter triplicou. Todas estas mudanças foram registradas sem alterações significativas na percentagem do portfolio em risco.

O número de contas para depósito também aumentou de forma muito rápida. Enquanto os fundos doados e a assistência geral às IMFs diminuíram, estas instituições foram forçadas a se concentrarem mais na actividade intermediária tradicional (atrair depositantes de forma a aumentar a quantidade de fundos do empréstimo). Ultimamente as IMFs têm seguido uma estratégia de oferecer taxas de juro de depósito significativamente mais elevadas em comparação com os bancos comerciais tradicionais, o que parece ter sido bem acolhido pelos clientes²

As características principais dos empréstimos oferecidos pelas três IMFs melhor estabelecidas em Moçambique são apresentadas na tabela 3.

¹ O número em 2005 é o número das entidades registadas no Banco de Moçambique. De acordo com de Vletter (2006) este número torna-se tão maior desde que um grande número dos operadores seja associado com o CCCP-CCOM e deve ser tratado como somente um operador com diversas agencia. Isto reduz o número de MFIs a 32 em 2005

² O Socremo actualmente está oferecendo uma taxa de juro anual de 17 por cento para as contas depósito. Isto pode se comparar à uma média de juro nominal de depósito de 11 por cento oferecido pelos bancos comerciais.

Tabela 3: Características Principais de empréstimos Microfinanceiros

	Procrédito/Novo Banco		Socremo		Tchuma	
	2003/04	2006/07	2003/04	2006/07	2003/04	2006/07
Volume do empréstimo (mínimo em USD)	110	120	131	120	65	Nenhum mínimo fixo
Prazo do empréstimo (máximo)	24	60	12	48	12	24
Taxa do juro nominal (mensal)	4.8% a 5.9%	2% a 6.5%	5.5% a 6.3%	2.7% a 5%	5%	5%
Outras taxas	2% do tamanho do empréstimo	1% a 2% do tamanho do empréstimo	Nenhuma	1% a 5% do tamanho do empréstimo	USD 4,00 à taxa de admissão A	USD 4,00 à taxa de admissão
Colateral	A cobertura de 120%, pode ser reduzida para os bons clientes	A cobertura de 120%, pode ser reduzida para os bons clientes	A cobertura de 120%, pode ser reduzida para os bons clientes	A cobertura de 50% a 200%, pode ser reduzida para os bons clientes	cobertura de 120%, pode ser reduzida para os bons clientes	Nenhuma política para o colateral

Nota: Os números de 2003/04 são De Vletter (2006). Todos os restantes números foram colectados directamente das IMFs. Taxa de câmbio usada em 2006/07: 25MT = 1USD. Tchuma não reportou qualquer valor mínimo fixo do empréstimo, mas em média os empréstimos são de cerca de USD 240,00.

Durante os três anos anteriores as IMFs tem aumentado a possibilidade de obter empréstimos à longo prazo (acima dos 60 meses). Além disso, as taxas de juro nominal cobradas variam mais de cliente para cliente com as taxas de juro mensal variando de 2 por cento – 6.5 por cento (um juro nominal anual entre 27 por cento - 113 por cento, as taxas de juro real anual em torno de 19 por cento - 105 por cento). Em média as taxas de juro mensal cobradas mostrou-se relativamente constante, com uma pequena tendência de queda.

Como é que estes números se comparam à evidência de IMF no mercado financeiro internacional? Morduch (1999) documenta cinco taxas de juro diferentes das IMFs. Começando com o famoso Grameen que estabeleceu que a taxa de juro nominal media anual cobrada era de 15.9 por cento, embora a “taxa de ruptura” esteja ao redor dos 25.7 por cento por ano. As IMFs sustentáveis demonstraram que operam com uma taxa de juro nominal anual ao redor dos 32-55 por cento (taxa de juro real de 24-47 por cento), e Fernando (2006) mostrou que as taxas de juro nominal cobradas pela maioria das IMFs na Ásia estão na escala de 30 por cento à 70 por cento por ano. As taxas de juro efectivas são até mesmo mais elevadas devido às comissões e taxas cobradas. Embora estas taxas sejam elevadas, Morduch (1999) mostra que o retorno médio à equidade entre estas instituições de microfinanças seleccionadas era de 9.3 por cento. Isto não é particularmente elevado dado o risco associado a este tipo de actividade intermediária e era significativamente mais baixo do que outras alternativas do investimento nas economias consideradas.

Mas qual é a imagem dos balanços financeiros das IMFs em Moçambique? Confiando outra vez nos dados para as três IMFs melhor estabelecidas no país, a tabela 4 compara os registos financeiros com os dos três maiores bancos comerciais (BIM, BCI e Standard Bank).

Tabela 4: Vista geral financeira de bancos comerciais seleccionados e de IMFs

	BIM	BCI	Standard Bank	Procrédito	Socremo	Tchuma, SARL
1) Rendimento	2740	1340	1249	171	98	36
2) Lucros líquidos	1156	512	452	38	3	5
3) Recursos líquidos	24671	14038	13380	437	364	77
4) Fundos dos accionistas	2620	1348	1130	103	97	48
5) Custos operacionais	1505	567	692	120	94	31
6) Empregados	1386	637	524	297	254	109
Rendimento por trabalhador	2.0	2.1	2.4	0.6	0.4	0.3
Custo/rendimento (%)	54.9	42.3	55.4	70.2	95.9	86.1
Fundos do lucro/accionistas	44.1	38.0	40.0	36.3	2.9	10.4

Nota: Números financeiros em milhões MT Fonte: KPMG

Primeiro, as IMFs têm um rendimento baixo por número de trabalhador. As três IMFs consideradas têm rendimentos de 0.3 a 0.6 milhões por trabalhador, que é pelo menos três vezes mais baixo em relação aos números reportados para os bancos comerciais. Segundo, o custo à parte de rendimento é muito mais elevado nas IMFs; cerca de 70 à 96 por cento do rendimento total comparados a 42-55 por cento para os bancos comerciais. Terceiro, como consequência dos factores acima, os lucros como uma parte dos rendimentos dos accionistas são geralmente mais baixos nas IMFs. Estes números parecem confirmar as experiências microfinanceiras de outros países, onde a actividade da IMF é de trabalho altamente intensivo e tem custos de serviço de entrega muito mais elevados em comparação com os bancos comerciais. Este facto em combinação com a oferta de uma taxa de depósito elevada e a redução nos fundos doados parecem explicar as elevadas taxas de juro nos empréstimos de carácter microfinanceiro em Moçambique.

Embora os números e os argumentos acima sugiram que as taxas de juro das IMFs não são artificialmente elevadas, pode haver um espaço para a melhoria na tecnologia da operação bancária e na eficiência geral destas instituições em Moçambique. Mas, quais são as alternativas às microfinanças tradicionais que enfrentam altos custos de serviços de entrega devido ao pequeno volume de negócios e também pela localização remota e dispersa dos seus clientes? Um dos caminhos à seguir poderia ser a promoção das operações bancárias por via do telefone (para mais detalhes veja o artigo recente feito por Mas e Kumar, 2008). Embora seja um fenómeno relativamente novo, as oportunidades para as IMFs cortarem o custo de entrega de serviço através de operações bancária parecem estar bem definidas. Um estudo mais aprofundado sobre como

promover este tipo de tecnologia na economia Moçambicana seria desta forma altamente aconselhável.

Referências Bibliográficas

Byiers, B., Rand J., Tarp, F. and Bentzen, J. (2008). “Credit Demand in Mozambican Manufacturing”, available on http://www.econ.ku.dk/rand/images/FINAL3_MZCREDIT.pdf

DNEAP (2006). “Enterprise Development in Mozambique: Results Based on Manufacturing Surveys Conducted in 2002 and 2006”, DNEAP discussion paper 33E-2006, available on <http://www.mpd.gov.mz/gest/publicat.htm>

Fernando, N.A. (2006). “Understanding and Dealing with High Interest Rates on Microcredit”, ADB note to policy makers in the Asia and Pacific region.

Hassan (2007). “Taxation and the Cost of Capital in Mozambique” DNEAP Discussion Paper 39E, Chapter 15 in Fiscal Policy and Tax Incidence.

IFC (2003). “Mozambique Industrial Performance and Investment Climate 2003”, Investment Climate Assessment World Bank/IFC, Washington D.C.

Mas, I. and Kumar, K. (2008). “Banking on Mobiles: Why, How, for Whom?”, CGAP Focus Note no. 48.

Morduch, J. (1999). “The Microfinance Promise”, *Journal of Economic Literature*, 37, 1569-1614.

USAID (2007). “Financial Sector Constraints on Private Sector Development in Mozambique”, available on <http://www.tipmoz.com/page.php?cat1=117&cat2=262&cat3=557>

de Vletter, F. (2006). “Microfinance in Mozambique: Achievements, Promises and Challenges”, Mozambique Microfinance Facility Report.